



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0078093/2019**

**PA COPAM Nº:** 19203/2005/003/2019

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo deferimento

**EMPREENDEDOR:** RAFAEL CARLOS RIBEIRO

**CPF:** 096.932.628-91

**EMPREENDIMENTO:** RAFAEL CARLOS RIBEIRO

**CPF:** 096.932.628-91

**MUNICÍPIO:** OURO FINO

**ZONA:** Rural

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- NÃO SE APLICA.

CÓDIGO	PARAMETRO	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-6	Número de cabeças	Suinocultura		
CÓDIGO	PARAMETRO	DEMAIS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	2	0

**CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Evaldo Muniz Franco – Técnico em Agropecuária

**REGISTRO**

CREA – MG 35735/TD

**AUTORIA DO PARECER**

**MATRÍCULA**

**ASSINATURA**

Shalimar da Silva Borges  
Gestora Ambiental – Engenheira Ambiental

1380365-5

De acordo:  
Fernando Baliani da Silva  
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1374348-9



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada – LAS RAS n. 0078093/2019**

Em 06/02/2019 o empreendedor RAFAEL CARLOS RIBEIRO, que atua no ramo de criação de suínos, formalizou na Supram Sul de Minas, solicitação de **Licença Ambiental Simplificada** para continuidade das suas operações, sem a incidência de critério locacional, tendo em vista que o empreendimento já opera desde 19/09/2007 e anteriormente estava regularizado mediante AAF (válida até 20/03/2018). O número máximo de suínos informado é de 900 cabeças.

Foi lavrado o Auto de Infração nº. 97997/2019 por operar sem regularização ambiental entre o período de vencimento da AAF e a obtenção da presente Licença Ambiental Simplificada.

Foi apresentado o Cadastro Ambiental Rural - CAR da propriedade.

O empreendimento conta com 05 funcionários e opera em 3 turnos.

De acordo com informações prestadas pelo empreendedor, não qualquer intervenção ambiental em APP e/ou supressão de vegetação nativa a ser regularizada.

Ressalta-se que este Parecer Técnico não autoriza qualquer intervenção em APP e ou supressão de vegetação nativa.

Como principais impactos inerentes à atividade do empreendimento e devidamente mapeados no Relatório Ambiental Simplificado - RAS tem-se a geração de efluentes líquidos e de resíduos sólidos.

Conforme informações prestadas pelo responsável técnico do empreendimento, os efluentes líquidos sanitários são destinados à fossa séptica e sumidouro. Os efluentes industriais provenientes da higienização das baias de suínos são direcionados para um biodigestor, lagoa e posteriormente é aplicado em fertirrigação.

De acordo com a tabela de resíduos enviado pelo responsável técnico do empreendimento, os mesmos têm a seguinte destinação: embalagens de medicamentos e vacinas são recolhidos pelo fornecedor, agulhas após uso são estocadas no empreendimento para posterior destinação, e lixo doméstico proveniente do escritório e sanitários é coletado pelo município. Foi informado que o gás do biodigestor é queimado. Os animais mortos são destinados a baias de compostagem cobertas e impermeabilizadas.

A Supram Sul de Minas determina que todos os resíduos sólidos, perigosos e não perigosos, sejam devidamente destinados para empresas ambientalmente regularizadas para recebê-los.

Outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

A água utilizada pelo empreendimento, destinada ao atendimento da atividade desenvolvida e ao consumo humano, provém de 01 uso insignificante vigente.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e da ausência de critério locacional, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada para **“RAFAEL CARLOS RIBEIRO”** para a atividade de **“Suinocultura”** no município de **Ouro Fino**, pelo **prazo de 10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada – RAS do empreendimento Rafael Carlos Ribeiro - Fazenda Nossa Senhora Aparecida

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar Projeto de Fertirrigação e a taxa de aplicação com recomendação agrícola para cada cultura com ART	Anualmente. Durante a vigência da licença ambiental.
02	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no <b>ANEXO II</b> , demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes	Durante a vigência da licença ambiental.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

## IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada - RAS do empreendimento Rafael Carlos Ribeiro - Fazenda Nossa Senhora Aparecida

#### 1. EFLUENTES LÍQUIDOS

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Efluente que será utilizado na fertirrigação.	pH, Temperatura, Fósforo Total, Potássio Total, Cálcio, Magnésio, Série Nitrogenada Completa (N-Kjeldah, N-amoniacal, N-nitrato, N-nitrito), Alumínio, Sódio, Sulfato, Cloreto Total, Ferro Total, Zinco Total, Níquel Total, Manganês Dissolvido e Cobre Dissolvido	Anual

#### 2. SOLO

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Áreas a serem utilizadas na fertirrigação.  Coleta de amostras de solo a) 0-20 cm; e b) 20-40 cm.	pH, teor de matéria orgânica, fósforo, alumínio, cloreto, cálcio, magnésio, potássio, sódio, sulfato, CTC potencial (a pH 7,0) e saturação de bases.	Anual

**Relatórios:** Enviar anualmente à Supram Sul de Minas, até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença Ambiental, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos da Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



### 3. RESÍDUOS SÓLIDOS

**Relatório:** Enviar anualmente à Supram Sul de Minas, até o último dia do mês subsequente ao 12º relatório, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável			
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento Ambiental	
									Nº processo	Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- |                       |   |
|-----------------------|---|
| 1- Reutilização       | 6 - Co-processamento                                    |
| 2 – Reciclagem        | 7 - Aplicação no solo                                   |
| 3 - Aterro sanitário  | 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada) |
| 4 - Aterro industrial | 9 - Outras (especificar)                                |
| 5 - Incineração       |   |

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

#### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-Sul, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*